

A DEFINIÇÃO NO DISCURSO E SEUS USOS ARGUMENTATIVOS: O CASO DE “POBRE” E DE “POBREZA”

Karina Masasaⁱ

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão sobre um tema pouco estudado até o momento: a definição discursiva, o que convém distingui-la da definição lexicográfica. Ao tentar circunscrever a definição que se esboça na trama discursiva, o trabalho examina um corpus de imprensa que incide sobre “pobre” e “pobreza”. Após uma breve panorâmica do tratamento reservado à definição lexicográfica, que não se apresenta sem desvendar aspectos desconhecidos (desvelam-se, aqui, dimensões avaliativas, axiológicas ou afetivas que derrogam as regras postas, emitidas pelos lexicógrafos), o artigo se concentra sobre a definição examinada em sua relação intrínseca com as paráfrases e as perífrases que a ligam ao ato de nomeação. A análise adota uma aproximação baseada em termos numéricos (como viver com um dólar por dia) e também uma aproximação centrada sobre a avaliação que acentua a dimensão ética e, nesses casos, confere-se à definição argumentativa um apelo à mudança e à ação.

Palavras-chave: Definição discursiva. Definição lexicográfica. Dimensão argumentativa. Nomeação.

Abstract: This paper is a contribution to the exploration of an often neglected theme: the discursive definition, which has to be distinguished from the lexicographical one. In order to account for the definition built in a discursive network, this study examines a corpus of texts borrowed from the French press on “poor” and “poverty”. After a brief summary of the common treatment of lexicographical definitions (unveiling evaluative, axiological and affective dimensions transgressing the rules promulgated by lexicographers), the article focuses on the discursive definition examined in its close connection to paraphrases and periphrases and thus linking it to the act of nomination. The analysis adopts an approach focusing on numerical expressions (such as to live with one dollar a day), as well as a qualitative evaluation emphasizing the ethical dimension of the definition and its argumentative role, in this case a call for action and change.

Keywords: Argumentative dimension. Discursive definition. Lexicographic definition. Nomination.

ⁱ Doutora pela Universidade de Bar-Ilan, Israel. E-mail: karina_it@bezeqint.net.

Introdução

Este trabalho constitui uma reflexão sobre um objeto pouco estudado até o presente, apesar da sua importância: a *definição discursiva* (DD), o que convém distinguir da *definição lexicográfica* (DL). Digamos de início que, por *definição discursiva*, entendo aquela que se esboça dentro da trama discursiva de tal maneira que possamos extrai-la por uma leitura minuciosa dos textos. Para tentar circunscrever seus parâmetros, vou estudar aqui um *corpus* de imprensa que nos traz “pobre” e “pobreza”. O *corpus* compreende artigos dos jornais *Le Monde* e o semanário *L’Express*¹. Trata-se de ver, a partir das análises concretas, como sua *definição discursiva* se inscreve no discurso jornalístico.

Essa exploração inicia-se por um breve panorama do tratamento reservado à *definição lexicográfica*, mas não sem revelar aqui aspectos desconhecidos que rompem de alguma forma a dicotomia das duas noções. Com efeito, ela revela, nas *definições* emprestadas dos dicionários, as dimensões avaliativas, axiológicas, ou afetivas que derogam as regras emitidas pelos lexicógrafos. Ao mesmo tempo, a *definição lexicográfica* possui traços constitutivos que a diferenciam da *definição* tal como a manejam os textos de imprensa sobre a pobreza. É sobre a *definição discursiva* que os projetores serão apontados.

É necessário notar inicialmente que, se “pobre” e “pobreza” estão no centro do debate e das polêmicas no discurso público contemporâneo, elas são, paradoxalmente, muito pouco designadas de modo literal. Sobre um total de 25 artigos midiáticos e midiaticizados, a palavra “pobreza” aparece 16 vezes, enquanto a palavra “pobre” aparece apenas 5 vezes. A referência aos pobres se faz pelo viés de nomes tanto generosos quanto imprecisos como: *peessoas* (7 vezes), *indivíduos* (5 vezes), *população* (4 vezes), *gente* (3 vezes), *habitante* (2 vezes) e uma só vez: a *humanidade*, *crianças*, *famílias*, *franceses*, o *interessado*, um *quarto do planeta*, *africanos* e *ser humano*. Os nomes *peessoas*, *indivíduos* e *população* estão, na maioria dos casos acompanhados, na fórmula “vivem com menos de 2 dólares por dia” ou “vivem com menos de 1 dólar por dia”. A palavra *peessoas* é também seguida de enunciados tais como

¹ É necessário sublinhar que o *corpus*, base desta pesquisa, agrupa mais jornais, semanários e revistas mensais, mas, por falta de espaço, tive que reduzir o *corpus* a quatro artigos de jornais e a um artigo de semanário.

“pessoas subalimentadas de maneira crônica no mundo” e “pessoas que sofrem a fome”.

As paráfrases e perífrases, que assumem uma função de definição metadiscursiva, transformam-se em ato de comunicação. Gostaríamos de mostrar que esse ato participa de um trabalho de reflexão e de reenquadramento de qualificações usuais, e que aqui é primordial em razão do dissenso do qual elas são objetos. Com efeito, os discursos que circulam nos espaços públicos afirmam que a pobreza é um flagelo que é necessário erradicar, mas que cai paradoxalmente na polêmica a partir do momento em que se trata de definir o pobre e a pobreza, contribuindo, assim, à manutenção do *statu quo*. Tentaremos mostrar que, atrás da negociação do nome em relação com a definição discursiva, são perfiladas opiniões de solução e erradicação do flagelo.

A análise adotará uma aproximação pelas indicações numéricas, mas também uma aproximação centrada sobre a avaliação qualitativa destacando a dimensão ética e conferindo à definição sua dimensão argumentativa, ocorrendo assim um apelo à mudança e à ação.

1. Quadro teórico: A definição, estado dos lugares

O que é uma definição? Dito de outra maneira, qual a definição de “definição”? No *Dictionnaire d'Analyse du Discours* (denominado DAD, a partir de agora), dirigido por Charaudeau e Maingueneau, encontramos uma entrada de Fabienne Cusin-Berche, linguista e lexicógrafa que trabalhou muito sobre a relação entre léxico e discurso, que define a “definição” nestes termos:

Baseando-se, primeiramente, sobre a posição da enunciação, R. Martin propõe distinguir a *definição natural*, que «não apenas é uma definição de objetos naturais, mas também uma definição formulada pelos próprios locutores e não pelo técnico que é o lexicógrafo», da *definição convencional*, que “vem de uma atividade prescritiva ou, caso preferamos, estipulatória” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2002, p. 157).

A distinção proposta por Martin, nessa definição, demanda uma pesquisa lexicográfica que precede a análise discursiva. Essa nos conduz em direção de escritos que permitem melhor compreender o que é uma definição lexicográfica e quais são suas propriedades intrínsecas. A obra de Josette Rey-Debove, lexicógrafa e corretora chefe dos dicionários *Le Robert, Etude*

linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains, comprova casos particularmente preciosos. “A DL é explicativa” (REY-DEBOVE, 1971, p. 180) e

[...] ela se aplica a um significado dado, preexistente, o sentido da palavra em língua. Ela nunca é construtiva [...]. Diferentemente de outras informações metalinguísticas sobre a palavra, a definição é uma informação FAMILIAR, tanto que os usuários mais incompetentes da língua as formulam milhares de vezes no longo de suas existências. [...] Ela faz parte de um tipo de discurso comum e particularmente frequente que é a explicação de um pensamento assegurador de bom funcionamento do diálogo (REY-DEBOVE, 1971, p.191).

A definição proposta pela lexicógrafa consiste em destacar certas características da DL. Rey-Debove a caracteriza por sua função “explicativa” e “informativa”, dois aspectos que a fazem o espelho fiel da realidade, excluindo toda tomada de posição subjetiva. Pelo adjetivo “explicativo”, ela sublinha a preocupação de objetividade e de informação própria da linguagem dos dicionários. A negação, que “não é jamais construtiva”, lhe permite reforçar a função objetiva de reflexo e aproxima a definição da concepção de uma linguagem científica descritiva e transparente. Esta ideia também se vê colocada nessas palavras: “se aplica a um significado dado, preexistente”: a realidade seria então puramente extralinguística e a linguagem serviria apenas para refleti-la tal como ela é. A qualificação de “familiar”, que a lexicógrafa põe em destaque, e em seguida a explicação: “os usuários mais incompetentes da língua as formulam milhares de vezes no longo de suas existências” implicam que a tarefa do lexicógrafo é de recensear as definições que circulam e de oferecê-las por ordem alfabética aos usuários. Por “familiar”, Rey-Debove mostra claramente que não há uma tomada de posição subjetiva, e que as DL são um reflexo fiel da *doxa*. Não há, a partir dessa concepção objetivista, construção do sentido no e pelo sistema da linguagem. Notemos, então, que essa concepção do sentido é hoje considerada como indefensável pela maioria das teorias linguísticas que partem do princípio de que a linguagem não pode ser nem especular nem transparente, e que ela desempenha um papel central na gestão do sentido.

Rey-Debove sublinha, enfim, o lado útil, eficaz da definição, pois “ela faz parte de um tipo de discurso realmente comum e particularmente frequente, que é a explicação de um pensamento assegurando o bom funcionamento do diálogo”. A definição lexicográfica faz, então, circular uma concepção irênica da definição e do sentido (que faz as pessoas se compreenderem e que

resolve o conflito), em contradição com os questionamentos provocados pelos discursos polêmicos.

Alain Rey, lexicógrafo, esposo e colega de Josette Rey, afirma no prefácio da segunda edição do *Grand Robert*:

A definição de dicionário não tem – como as definições da matemática – a pretensão de construir os conceitos e a imagem do mundo; ela se contenta em refletir a organização semântica do léxico por um enunciado em língua natural [...], segundo uma retórica inteiramente didática em seu espírito. Trata-se, com efeito, de uma forma estável de linguagem – palavra, sintagma, proposição ou frases feitas, tal como uma locução ou um provérbio – de produzir uma sinonímia “estendida” (REY, 1984, p. XXXIII).

Essa definição coincide com a precedente quanto à objetividade e à transparência das DL. Rey a explica nestes termos: “a definição não tem a pretensão de construir”, “ela se contenta em refletir”. E ainda, o adjetivo “explicativo” e a relação a uma “retórica didática” constituem duas características necessárias para assegurar a objetividade. A implicação das DL é didática, então, puramente educativa e informativa. Dessa maneira, Alain Rey confirma o estatuto neutro, objetivo e científico das DL. Essas seriam somente a descrição pura e simples do uso, “a organização semântica do léxico” dos locutores clássicos da língua natural. Nas DL, não haveria conceitualização, nem teorização, elas se limitariam a transmitir os usos do sentido comum que existem *a priori*. A qualificação “sinonímia ‘estendida’” reforça a ideia de transparência, porque ela supõe a explicação de uma palavra por outra ou por um enunciado mais claro, mas sem nenhuma tomada de posição subjetiva. Enfim, a concepção lexicográfica do sentido o apresenta como fixo, estável e prévio a seus empregos independentemente de todo contexto e de interações verbais.

A definição da palavra “pobreza” como “falta de bens”² permite discutir essa concepção objetivista. Certamente, essa DL tem todas as aparências necessárias da generalidade e da neutralidade, mas o verbo “faltar”, no contexto da pobreza, tem uma conotação subjetiva, afetiva e negativa. O verbo conduz implicitamente a um juízo, ao mesmo tempo axiológico e afetivo, que deixa entender: “é mal”. Sobressai que, mesmo que o discurso lexicográfico mantenha aparências de objetividade, a DL não pode ignorar os sistemas de valor que estão inscritos nos discursos circulantes.

2 Le Grand Robert de la langue française, deuxième édition, tome III, p. 1016, 1984.

Quanto ao nome “bens” que faz parte da DL, trata-se de outro efeito de objetividade. Pelo cuidado de neutralidade, o discurso lexicográfico utiliza, muitas vezes, palavras que não estão claramente determinadas. Por essa utilização eufemizante, o lexicógrafo cria as aparências de objetividade que tornam a definição obscura. A palavra “bens” é ambígua, pois ela pode referir-se tanto a um objeto material quanto a um imaterial, tanto ao concreto quanto ao abstrato. A utilização de palavras que não são claramente definidas parece fazer parte de uma estratégia eufemística, de um efeito de objetividade que visa à legitimação do discurso lexicográfico, e que pode aumentar a imprecisão e a incerteza apesar dos recursos pedagógicos explicativos declarados.

Não se pretende, porém, negar a legitimidade e a autoridade dos dicionários como obras de referência. Trata-se aqui de problematizar o fato de que as DL não podem dar conta das conceptualizações discursivas a serviço dos discursos sociais, nem de suas implicações argumentativas que as mídias ecoam.

Plantin permite problematizar a passagem de uma definição (DL), que tem somente o objetivo de “eliminar as ambiguidades” e de “prevenir as confusões de sentido”, para definições que participam de uma negociação do sentido em um contexto polêmico discursivo (DD). No *Essai sur l’argumentation*, ele observa:

Pela sua função clássica, a definição permite eliminar as ambiguidades, prevenir as confusões de sentido; em resumo, ela é um instrumento privilegiado de univocidade, virtude maior do discurso científico, como de todo discurso que pretende a verdade. [...]

Do primeiro ponto de vista, as palavras recebem suas definições antes de entrar no discurso do qual elas são instrumentos impassíveis; do segundo ponto de vista, elas são as questões do diálogo, tão plásticas quanto as próprias intenções enunciativas (PLANTIN, 1990, p.225).

Tomadas na trama do discurso, as definições tornam-se desafios de discussões e estão submetidas às intenções e às necessidades dos enunciadores. Elas se subjetivam e perdem sua “impassibilidade” para tornarem-se as armas de enfrentamento polêmico. Sua rígida aparência parece se fundir na flexibilidade da linguagem. O contexto desempenha assim um papel crucial na construção discursiva e argumentativa do sentido das palavras. As DD podem ser o sujeito central da argumentação, de uma polêmica, de um debate, de um diálogo ou de uma simples conversa cotidiana.

Ora, o discurso midiático está enraizado no contexto enquanto o discurso lexicográfico comporta uma lista de “palavras isoladas e como dessecadas pelo seu arrancamento da realidade do discurso” (REY, 1984, p. XXXV). Os dicionários descontextualizam os lexemas; a informação midiática, ao contrário, está encravada em um contexto sócio-histórico, desempenhando um papel primordial na construção e interpretação do sentido, apesar do mito do espelho da informação. Isso quer dizer que, contrariamente às DL cristalizadas e inamovíveis, as DD se constroem em diferentes situações de enunciação, segundo as necessidades dos protagonistas.

2. Definições lexicográficas de “pobre” e de “pobreza”

Por questões de espaço, analisaremos somente uma DL do termo “pobre” e “pobreza”. Seleccionamos aquelas que pareceram as mais representativas e as mais completas, a fim de poder empreender uma análise tão rigorosa quanto possível. Considerando as DL de “pobre” e “pobreza”, recenseemos rapidamente as definições propostas pelos três grandes dicionários da língua francesa: *Le Robert*³ (1966, 1984, 1994), *Le Larousse* (1974, 2006) e *Le Tresor de la Langue française* (1986).

Eis aqui uma DL da palavra “pobre” proposta pelo *Le Grand Robert*:

Aquele a quem falta o necessário ou tem somente o estrito; quem não tem suficientemente dinheiro, meios, para manter suas necessidades. Um pobre, uma pobreza. Aquele, aquela a quem falta o necessário, está em necessidade e mesmo na miséria. [...] Empregado coletivamente (*os pobres, o pobre*) pode designar não somente os indigentes, mas também todas as pessoas de baixa condição, as camadas menos afortunadas da sociedade. Comum (pessoas) proletário (ROB⁴, 1966, tome V, p. 59).

Algumas vezes, os efeitos de objetividade são criados por uso de recursos de termos como: “dinheiro”, “necessário” e “meios”. “Dinheiro” é o nome mais unívoco do ponto de vista referencial, pois não há nenhuma dificuldade em saber o que ele refere. E mais, ele faz parte dos nomes contáveis e materiais, e por esse fato é um nome objetivo, enquanto o resto dos substantivos poderia colocar em questão a univocidade e a objetividade própria do discurso lexicográfico. Os nomes “necessário” e “meios” são, com

3 Os dicionários Robert são designados pela abreviação ROB, salvo *Le Nouveau Petit Robert* designado por ROBN.

4 As citações fazem parte de diferentes edições, mas citei apenas as passagens que foram acrescidas ou renovadas, o resto faz parte da edição de 1966.

efeito, menos categóricos e colocam o problema de indeterminação. Se aquele que consulta um dicionário se coloca a questão: o que é “necessário”? Quais são estes “meios” que definem que uma pessoa seja considerada pobre? Então, essas questões revelam uma deficiência na função clássica da definição suposta de ser um guia explícito e claro na busca do sentido. A palavra “o necessário” é genérica. O que é necessário? A alimentação é um teto para referência? Ou, para não ser considerado um pobre, seria necessário também um emprego, a possibilidade de receber uma educação, de se vestir decentemente? Todos esses termos podem se referir tanto a objetos concretos, como alimentação ou casa, quanto a objetos abstratos como educação. Sua utilização para dar uma definição de “pobre” não evita as ambiguidades, mas, ao contrário, parece aumentá-las e, de certa maneira, recoloca em questão a pertinência e/ou a validade da objetividade descritiva.

Se for certo que a DL mostra aparências descritivas neutras, essa neutralidade muda de esclarecimento sob o prisma dos termos que contêm avaliações. Na proposição: “quem não tem suficientemente dinheiro”, a negação do advérbio transforma uma constatação em eufemismo. “Não suficientemente” permanece verdadeiro qualquer que seja o objeto faltante, não chega a precisar a que se refere “suficientemente”. Entretanto, a proposição contribui para criar uma definição conforme o gênero lexicográfico, que descontextualiza a fim de que a definição possa ser utilizada em todo contexto sócio-histórico.

No enunciado: “está em necessidade e mesmo na miséria”, o advérbio “mesmo” implica uma orientação argumentativa subjetiva da ordem da gradação. Ainda que, segundo Robert, “necessidade” e “miséria” sejam sinônimas, esta última parece mais grave, pois remete a um “tipo digno de piedade” e a um “mal extremo”⁵. A DL analisada aqui implica: “estar na miséria” é mais grave do que “estar na necessidade” pela utilização do advérbio “mesmo”. Essa gradação é uma tomada de posição subjetiva parcialmente explícita, mesmo se ela se vê atenuada pelo fato de que nenhum nome foi definido, pois o lexicógrafo não explicou o que “necessidade” e “miséria” significam. Outro argumento avaliativo está relevado no enunciado: “as camadas menos afortunadas da sociedade”. Esse enunciado implica uma avaliação no fato da escolha do superlativo absoluto “o menos”. “Afortunado” é um adjetivo qualificativo sob conotação positiva invertida

5 ROBN, 1984, p. 1416.

pelo entrelaçamento com o superlativo “o menos”. E ainda, “afortunado” pode ser considerado como um prejulgamento que chama a atenção, pois ele está apresentado como traço distintivo comprovado da sociedade. Aqueles que não têm êxito em ser “afortunados” são considerados “pobres”.

A análise precedente ajuda a constatar que, de uma parte, o lexicógrafo preocupou-se em respeitar as regras do gênero discursivo lexicográfico, dando às definições aparências de objetividade, a fim de concluir a tarefa do “observador objetivo”⁶; mas que, por outro lado, não obteve êxito em fazê-lo, pois falar da pobreza mobiliza todas as pessoas que fazem parte da sociedade e que partilham do seu sistema de valores. A objetividade absoluta é aqui uma tarefa provavelmente impossível. Os traços verbais de subjetividade ressaltados no seio das DL são o resultado de uma descrição especular do discurso do senso comum que pode anular a parte axiológica do sistema de linguagem.

É necessário agora empreender uma análise das DL de “pobreza”, a fim de verificar a *pseudo* objetividade e a *pseudo* univocidade do discurso lexicográfico que são também aqui recuperáveis. As DL de “pobreza” estão igualmente centradas sobre um traço semântico comum de falta. A focalização sobre essa falta se vê mais aguda que aquela que foi recuperada na DL de “pobre”.

Falta de bens, insuficiência de coisas necessárias à vida. Estado daquele que não possui nada. Aparência, aspecto daquilo que denota o incômodo, a falta de dinheiro (*Dictionnaire Hachette Encyclopédique*⁷, 1997, p.1405).

“Pobreza” refere-se ao fenômeno em si; é lógico, então, que o termo seja apresentado como mais genérico que “pobre”, que se refere a um indivíduo, a um ser humano. Esse fato, acrescido da utilização de um vocabulário neutro e científico é uma estratégia linguística que assegura as aparências de objetividade desejadas. Entretanto, a onipresença e a frequência da palavra “falta” fazem emergir traços verbais de subjetividade.

As palavras e expressões que definem a falta nesta DL são: “bens” e “coisas necessárias à vida”. Encontra-se aqui a famosa tensão entre duas noções conhecidas de todos e assim inteligíveis, aparentemente muito claras: a indeterminação semântica. A palavra “bem” designa “coisas materiais”, “coisas materiais que procuram o gozo” (ROBn, 1984, p. 219), mas ela também

6 Expressão utilizada por Josette Rey-Debove e Alain Rey, no prefácio do ROBn., 1984 p. IX.

7 Nas próximas referências, empregaremos a abreviação HAC.

pode se referir a um bem espiritual, mesmo moral, físico e inerente à pessoa. A ausência de “bem” não significa somente a falta de dinheiro ou ausência de domicílio, ela significa também a ausência de bens materiais. A utilização da palavra “bem” implica polissemia por sua pluralidade de sentido. A expressão “coisas necessárias à vida” não ajuda também a definir claramente a “pobreza”; ao contrário, ela generaliza e obscurece os limites da definição. A palavra “coisa” é geral e ambígua. É uma palavra vaga, imprecisa, muito frequente enquanto “salvo conduto”, ela se adapta a todos os contextos. A expressão “coisas necessárias à vida” denota também uma incerteza, porque não podemos saber exatamente o que é necessário à vida.

O verbo “faltar” pode ser considerado implicante de avaliações do tipo: é mal, é pungente. A incerteza ao redor da noção de falta acrescida às conotações subjetivas implícitas que esse verbo implica coloca em discussão a objetividade e a univocidade das DL de “pobre” e de “pobreza”. Ele é, então, portador de uma subjetividade por vezes axiológica e afetiva.

A análise minuciosa das DL de “pobre” e de “pobreza” poderia ter me conduzido à descoberta de um protótipo de definição que reúne o conjunto de traços distintos evocados no caso desses dois lexemas, mas não foi o caso. Ao contrário, foi possível confirmar a existência de um traço semântico comum: a falta. “Pobre é aquele que sofre da falta de...”; “pobreza implica a falta de...”.

Este estudo contribuiu para colocar em questão o argumento de neutralidade do discurso lexicográfico que arvora certas aparências de objetividade, mas que abrange igualmente traços de subjetividade discursivos inevitáveis. Há, com efeito, uma tomada de posição no discurso dos lexicógrafos; sua postura de descritor não os subtrai do poder de interpelação das qualificações que se referem à injustiça social: descrição e avaliação estão aqui indissociáveis. Esses efeitos de objetividade chamados a garantir a exatidão e o rigor têm, por outro lado, outra consequência tão problemática quanto aquela da emergência irrepreensível da subjetividade: a imprecisão semântica em que só um “ar de família” é perceptível. O fenômeno de focalização sobre a falta, comum às duas DL aqui presentes, é um modo de intensificação das conotações subjetivas, prova da natureza moral do olhar focalizado sobre este ponto comum.

3. Definições discursivas de “pobre” e “pobreza”

“Pobreza” é uma noção de “ressonância emotiva” (PERELMAN, 1945, p. 9). Sua única menção mobiliza o espírito, toca os sentimentos por suas conotações de tristeza e injustiça. Esse fato foi demonstrado nas análises das DL, pois mesmo a retórica do discurso lexicográfico não escapou de um questionamento ético assim que se tratou de definir as noções de “pobre” e de “pobreza”. Passemos agora a uma análise minuciosa para validar a hipótese de que *a fortiori* as DD, enraizadas nos contextos sócio-históricos, políticos e econômicos atuais, podem enriquecer, alargar e complexificar as definições lexicográficas. Essas análises nos confrontam igualmente em relação à questão da imprecisão semântica. Se, nas DL, aquela poderia ser enfrentada como uma maneira de ilustrar o traço característico da atemporalidade e da universalidade, perguntamos se a imprecisão semântica que persiste contra todas as atenções nas DD partilha das mesmas questões ou se serve de outras, e assim: qual é objetivo da imprecisão semântica nas DD? Essa ambiguidade contribui para uma negociação de traços comuns? Ou seria ela uma técnica que contribui para a manutenção do *statu quo*?

Constata-se mais, como já assinalamos em nosso *corpus* de imprensa, os lexemas “pobre” e “pobreza” são somente empregados raramente. Além disso, o nome “pobreza” está geralmente definido e utilizado em vinte e cinco artigos selecionados, ao passo que a palavra “pobre” é quase ausente. Tentaremos, então, explicar esse fenômeno durante o nosso trajeto. A raridade desses nomes é uma questão de pudor em face de um objeto que atinge a dignidade das “vítimas” ou é um tipo de silêncio, dado o fato que não há um consenso político e social quanto à definição dessas duas noções? Estariam as mídias escritas, neste caso, situadas ao lado dos homens de poder e não concluem seu dever de desrespeito e de falar a verdade? Trata-se *a contrario* de uma retórica do espaço público e do bem comum, necessitando de uma linguagem distanciada adequada e não de uma retórica da piedade que mantém a problemática no afetivo e impede de pensar eficazmente a questão das soluções? Será necessário verificar e justificar estas hipóteses explicativas.

A observação do *corpus* permite distinguir entre as DD que dão a primazia a um argumento ancorado nas indicações numéricas e aquelas em que o acento está colocado sobre a construção discursiva dos valores. Tendo em vista que é impossível abordar o sujeito da pobreza sem fazer referência a

um questionamento ético sobre a injustiça e equidade, a aproximação qualitativa agrupa essas DD que, pelo viés da encenação dos valores, denunciam o grave problema da pobreza e incitam a tomada da ação. Limitar-nos-emos aqui a três exemplos.

3.1. Definições discursivas e indicações numéricas / Utilização dos números como definição discursiva

Pela ocasião da reunião da ONU em setembro de 2000, a comunidade internacional assumiu o objetivo de “reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população mundial cujo provento é inferior a um dólar por dia e aquelas pessoas que sofrem de fome [...]”⁸. É a partir desta declaração que a DD do Banco Mundial⁹ começou a ser repetida incansavelmente. A definição que é retomada pela maior parte dos enunciadores do *corpus* é então a seguinte: “os pobres são as pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia”; podem, então, ser considerados “extremamente pobres” aqueles que “vivem com menos de um dólar por dia”. Esses números terão, a partir de agora, como função, designar o patamar da pobreza e de contribuir assim para a definição de “pobre”. Apesar de sua natureza quantitativa, os números que fazem parte do *corpus* constituem, então, um modo discursivo determinante da definição de pobreza. A repetição incansável dessa qualificação do patamar da pobreza, que permite aos enunciadores alcançar uma definição discursiva (DD) de “pobre”, torna-se, nos discursos e nos interdiscursos, uma “fórmula” decisiva e incontornável. A mediatização e a retomada exaustiva dessa definição a transformaram em uma evidência emblemática incontestável.

8 Excerto da Déclaration du Millénaire, resolução adotada pela Assembleia Geral de 13 de setembro de 2000. III parte, ponto 19, pp. 4-6, intitulada: “Développement et élimination de la pauvreté”. Disponível em: www.un.org/french/millenaire/ares552. Acesso em: 30 de agosto de 2015.

9 “Para determinar a categoria dos *incommes-poor*, ele (o Banco Mundial) fixa seus patamares de pobreza. O patamar estabelecido para avaliar a pobreza “absoluta” é mais conhecido sob o nome de “patamar de \$ 1 por dia” (na realidade, ele corresponde a um nível de \$ 1,08, segundo os preços de 1993). Em seguida, ele é traduzido em um patamar « nacional », (isto é, em moeda local) pelo viés de uma fórmula de paridade de poder de compra. O Banco Mundial estabelece também um patamar superior, conhecido sob o nome de « \$2 por dia », igual ao dobro do patamar precedente. A escolha de um ou outro depende do nível do desenvolvimento. Tratando-se de países de rendimento intermediário, como na América Latina, ou de certos países da Ásia, o segundo patamar é considerado como um melhor indicador da pobreza real das populações. O primeiro patamar está adaptado aos países menos avançados, como os da África Subsaariana.” Esta passagem foi extraída de um artigo intitulado « La pauvreté selon le PNUD et la Banque Mondiale », publicado na revista *Etudes Rurales*, 159-160, disponível em: <http://etudesrurales.revues.org/68>. Acesso em: 30 de agosto de 2015.

A retomada midiática da definição proposta pelo Banco Mundial se faz pelo viés de denominações, que são atos de linguagem que desempenham um papel central em toda definição e, sobretudo, particularmente nas definições discursivas. “Denominar um objeto”, afirma Kerbrat-Orecchioni:

é, de fato, a utilização de uma etiqueta significativa que permite sua identificação. [...] Denominar é escolher a partir de um paradigma denominativo, é fazer “cair sob o sentido”, é orientar em uma direção analítica o objeto referencial, é abstrair e generalizar, é classificar e selecionar: a operação denominativa, quer ela se efetue sob a forma de uma palavra ou de uma perífrase, nunca é inocente, e toda designação é necessariamente “tendenciosa” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1984, p. 126).

A partir da linguística, a denominação seria, então, um ato subjetivo e engajado implicando a interpretação do sujeito perceptor. Essa percepção está socializada e convencionalizada pela linguagem. A denominação permite aos enunciadores midiáticos ou midiaticizados tomar posição. Os termos numéricos ajudam os enunciadores a construir a verbalização sob as aparências objetivas e racionais, mas que, de fato, querem-se, sobretudo, alarmantes; visando à ação, eles têm, na verdade, implicações argumentativas. As análises que seguem me permitirão demonstrar que a fórmula “menos de 2 dólares por dia” se refere, de fato, ao “pobre”, e preenche assim, apesar de suas aparências estatísticas numéricas, a função da qualificação discursiva de “piedoso”.

A midiaticização dessa fórmula proposta pelo Banco Mundial pode se manifestar sob sua forma de denominações perifrásticas e de paráfrases, das quais veremos aqui alguns exemplos, dentre os mais significativos.

3.1.1. Denominações perifrásticas e denominação

A perífrase, afirma Formilhague (1995, p. 73), é a “designação indireta e descritiva de um referente em várias palavras”. Assim, na frase “Os *‘global leaders’* se descobriram interessados por aqueles que vivem com menos de 2 dólares por dia” (CAMEL, 2005)¹⁰, o grupo nominal “aqueles que vivem com menos de dois dólares por dia” vem substituir o lexema claro e simples de “pobre” e constitui uma denominação perifrástica que dá conta da interpretação do referente pelo jornalista. Essa técnica é praticada pela maior parte dos jornalistas e dos enunciadores do *corpus*.

10 Le Monde, 15/12/2005. “Aide au développement : faire plus et mieux”, Laurence Caramel, jornalista.

A definição do Banco Mundial tem como objetivo, nas definições que seguem, denunciar as desigualdades sociais ou emitir um grito de alarme:

Nos países do Sul, 2 bilhões de pessoas sobrevivem com menos de 2 dólares por dia, 160 milhões de crianças estão famintas, enquanto as três pessoas mais ricas do mundo dividem uma fortuna igual ao PIB dos 48 países mais pobres, e 88 famílias possuem o equivalente ao patrimônio do conjunto dos chineses (ATTALI, 1999¹¹).¹²

O enunciador se serve da fórmula do Banco Mundial como de uma perífrase que substitui à palavra “pobre”. No caso desta DD, os números e o contexto permitem criar as aparências do balanço e contribuem simultaneamente ao problematizar a questão das desigualdades sociais. A palavra mais carregada axiologicamente é o verbo “sobreviver”. A escolha feita pelo autor do artigo, Jacques Attali, em utilizar esse verbo no lugar do verbo “viver”, parece ligada ao fato de que 2 dólares (mesmo “menos”) é muito pouco, e que uma pessoa não pode viver, mas unicamente “sobreviver”, mesmo “subsistir” com essa soma. Segundo o ponto de vista jurídico expresso pelo professor Koubi no artigo intitulado “A pobreza como violação dos direitos humanos”, na *Revue Internationale de sciences sociales*, “subsistir não permite viver em condições decentes” (KOUBI, 2004, p. 384). É uma maneira de agravar a situação e de marcar mais radicalmente as desigualdades sociais.

Mas a axiologização contextual dos termos numéricos não se limita ao emprego do verbo “sobreviver”. O enunciado “160 milhões de crianças estão famintas” constitui um argumento patético de apelo à piedade. O número elevado e o atributo faminto, adjetivo subjetivo axiológico e afetivo, são eloquentes. Eles contribuem igualmente à dramatização do endereçamento à autoridade. Os superlativos – as “três pessoas mais ricas do mundo” e “PIB de 48 países mais pobres”, tanto quanto “88 famílias” e “a totalidade dos Chineses”, permitem ao enunciador falar sobre as desigualdades sociais e intensificar a problemática pelos números extremos. Introduzindo a fórmula (“menos de 2 dólares por dia”) como um fato consumado, o ex-conselheiro de François Mitterrand reúne a maioria dos jornalistas que o utilizam como um fato indiscutível. Este exemplo e os que virão mostram que os termos

11 L'Express, 23/12/1999. “L’hyperpauvreté”. Jacques Attali, economista, escritor e alto funcionário.

12 N.T.: « Dans les pays du Sud, 2 milliards de personnes survivent avec moins de 2 dollars par jours, 160 millions d’enfants sont affamés, pendant que les trois personnes les plus riches du monde se partagent une fortune égale au PIB des 48 pays les plus pauvres et que 88 familles possèdent l’équivalent du patrimoine de l’ensemble des Chinois. »

numéricos constituem um recurso ao *pathos* contribuem assim para a verbalização de um apelo de piedade.

A metade dos habitantes do planeta vive com menos de dois dólares por dia. Um bilhão de pessoas vivem com menos de um dólar. Elas são também um bilhão dormindo cada noite com a barriga vazia. Um quarto do planeta não tem jamais acesso a um copo de água potável (CLINTON, 2002¹³).

A parataxe pela justaposição de frases pode criar as aparências fílmicas e objetivas que ajudariam a assegurar a legitimação do enunciado pelo auditório. Entretanto, o que retém a atenção, neste caso, é o entrelaçamento dos dados quantitativos e qualitativos. O entrelaçamento age como uma tática de desmascaramento e o descongelamento do efeito quantificador e desconstrutor dos números que corrigem as observações concretas e patéticas: “deitar-se cada noite de barriga vazia” e “não consegue nunca um copo de água potável”. A fórmula “menos de dois dólares por dia” é utilizada como uma evidência. Pelo viés desses dois últimos enunciados, Clinton amplifica a dramatização. Ele verbaliza um chamado *ad misericordiam* que poderia suscitar um apelo à ação.

3.1.2. Denominações parafrásticas

Seguramente, as denominações parafrásticas estudadas acima comprovaram que elas substituem a fórmula “pobre”, qualificação que não está anunciada explicitamente. Contrariamente às denominações parafrásticas, a palavra “pobreza” está presente nas denominações constituídas por paráfrases. Essas consistem na reformulação de um enunciado por outro enunciado. Catherine Fuchs, em sua obra *La paraphrase*, afirma:

Temos o costume de dizer que uma frase Y constitui uma paráfrase de outra frase ou de um texto X quando consideramos que Y reformula o conteúdo de X; de outra maneira dito, quando X e Y podem ser tomados por formulações diferentes de um conteúdo idêntico, por duas maneiras diferentes de « dizer a mesma coisa » (FUCHS, 1982, p. 7).

A partir dessa definição, é possível afirmar que a frase ou o texto constitui um procedimento de denominação de enquadramento dos lexemas

13 Le Monde, 15/1/2002. “Donner une âme au XXIe siècle.” Bill Clinton, ex-presidente dos Estados Unidos, após seu mandato ele tornou-se conferencista sobre questões de política atual, foi nomeado emissário da ONU para ajuda humanitária.

genéricos “pobreza” ou “pobre”. Essa escolha é, então, subjetiva. No lugar de passar por um nome, um adjetivo, um advérbio ou um verbo, o ato da fala se conclui enquadrado em uma frase.

Segundo o Cnuced¹⁴, os cálculos do Banco Mundial repousam sob bases errôneas. Para mensurar a pobreza (menos de 2 dólares por habitante e por dia) e a extrema pobreza (menos de 1 dólar por dia), o Banco Mundial se “contentava” de uma amostra das populações locais, sobre a qual ele efetuava as pesquisas. A medida global era somente uma extrapolação desses estudos de campo (DE FILIPPIS, 2002¹⁵).

As duas fórmulas do Banco Mundial retomadas pelo jornalista estão colocadas entre parênteses. “De um lado, afirma Maingueneau (DAD, 2002, p. 422), os parênteses se apresentam como um acréscimo contingente; por outro lado, para uma análise do discurso, todo acréscimo é significativo e faz parte integrante do discurso”. Essas explicações colocadas entre parênteses podem ser consideradas como paráfrases. É verdade que, nas citações de Fuchs, paráfrase refere-se ao reenquadramento de uma frase por outra frase, enquanto aqui, trata-se de um grupo nominal que retoma um nome no quadro sintático de uma frase. Parece, entretanto, pertinente modificar a extensão do enunciado parafraseado, a fim de incluir esse tipo de caso. Além disso, como afirma Gérard Petit (DAD, 2002, p. 417): “a paráfrase é uma relação de equivalência entre dois enunciados, um podendo ser a reformulação ou não de outro”. No exemplo do jornal *Libération*, o jornalista propõe uma DD de “pobreza” pelo viés de uma relação de equivalência que pode ser formulada assim:

Pobreza = menos de 2 dólares por dia.

Extrema pobreza = menos de 1 dólar por dia.

A DD é colocada em questão enquanto resultado de um cálculo que seria errôneo. Definição é uma fórmula que desencadeia uma polêmica. A utilização do verbo axiológico negativo “se contentar” constitui uma crítica aos meios de mensurar a pobreza utilizada pelo Banco Mundial. O jornalista desqualifica e descredita a legitimidade e a autoridade daquele, insinuando que o estudo efetuado sobre a pobreza do mundo não é séria. As aspas que envolvem o

14 Conferência das Nações Unidas sobre o comércio e o desenvolvimento.

15 *Libération*, 19/6/2002. “L’extrême pauvreté sous-estimée en Afrique”. Vittorio De Filippis, jornalista.

verbo contribuem para reforçar o ataque que deveria ridicularizar o adversário, neste caso, uma instituição.

Finalmente, a análise dos dados numéricos confirmou, igualmente como foi o caso na análise do discurso lexicográfico, a dificuldade de propor definições discursivas qualitativas. Tal análise será desenvolvida em seguida e permitirá observar e descobrir de qual maneira os enunciadores constroem seus argumentos a fim de circunscrever os limites da pobreza.

4. Definições discursivas qualitativas/ Encenação dos valores na definição discursiva

O estudo das definições discursivas (DD) qualitativas permite entrar em um campo que é pouco tratado nas ciências da linguagem em geral e na análise do discurso midiático em particular. Trata-se da discursivização e da argumentação dos valores. Uma vez que o objeto de debate é a pobreza, é difícil não lhe fazer referência. A pobreza está intrinsecamente ligada às desigualdades, à injustiça e à consideração do justo e do bem. Como Perelman não hesita em dizê-lo:

Se o objeto próprio da filosofia é talvez o estudo das noções confusas, simbolizando o valor e as cargas de um sentido emotivo, o esforço do lógico deve ser de dissecá-los de alguma maneira e de estabelecer o acordo dos espíritos sobre aquilo que, nas noções mais prestigiosas, pode escapar a essa coloração emotiva (PERELMAN, 1945, p.6¹⁶).

Como foi mencionada anteriormente, a noção de pobreza constitui igualmente uma noção “simbolizante dos valores e carregada de sentido emotivo”; é aparentemente por essa razão que é difícil chegar a definições claras e unívocas.

As análises das DD permitem observar a discursivização e a argumentação de valores tais como: a liberdade, a igualdade, a justiça e retidão ética. A relação entre pobreza e direitos do homem desempenha aqui um papel determinante. A pobreza é muitas vezes considerada como sendo um tipo de violação de direitos humanos. O objetivo da maioria dos enunciadores é, nesse caso, recusar a definição recaindo sobre os números, de complexificar e de alargar pelo viés de denominações axiológicas. É o caso neste exemplo:

¹⁶Este excerto faz parte do prefácio do livro de Perelman, redigido pelo Diretor do Instituto de Sociologia de Solvay.

Os trabalhos de Sen sobre este assunto são particularmente inovadores, porque eles recusam confinar a pobreza à única questão de ganhos. É necessário, ao contrário, alargar o que ele designa por “capability”. Essa noção tem dois referentes distintos. Trata-se, de um lado, de meios de acesso de indivíduos aos “bens primários”, que incluem a educação e a saúde que “todo homem supostamente deseja, independentemente de seus outros desejos” e cuja aquisição não deve sair de uma simples lógica de mercado, mas sim de um contrato social de ordem ética. Mas “capability” remete também ao conjunto de liberdades materiais e formais (aquelas de um regime democrático) que permitem a cada um dispor de diversos “funcionamentos humanos” dentre os quais ele poderá escolher o tipo de vida que ele espera levar. Pois, para Sen, quer uma pessoa seja pobre ou rica, não é sua fortuna ou seus ganhos que importam, mas o tipo de vida em que ela tenha ou não a liberdade de escolher (GRENIER, 2000¹⁷).

A posição defendida por Sen desencadeou fortes críticas e conduziu a polêmicas virulentas. Não se trata de analisar essas controvérsias, mas, sobretudo a apresentação do ponto de vista de sem - prêmio Nobel de economia de 1998 - pelo autor do artigo, o economista Grenier. O discurso retomado por Grenier, ou seja, a DD da noção de pobreza proposta por Sen, implica o alargamento e a complexificação da aproximação pelos números. A definição e o reenquadramento da “pobreza” deveriam compreender, segundo Sen, considerações éticas ao lado de considerações puramente financeiras. Assim, a explicação da teoria de Sen está colocada em “eles recusam confinar a pobreza à única questão de proventos”, em que o verbo “confinar”, subjetivo, axiológico e negativo, implica a restrição e a limitação. “Confinar” remete, *de facto*, a uma definição redutora e errônea da pobreza não permitindo julgar o fenômeno com conhecimento de causa. Recusar definir a pobreza pela “única questão de proventos” constitui uma crítica da fórmula “pobre é aquele que vive com menos de 2 dólares por dia”. As “capacidades” são “um conjunto de vetores que indicam que um indivíduo é livre para viver tal ou tal tipo de vida”¹⁸. A retomada dessa teoria na argumentação de Grenier implica a recusa da definição restritiva de “2 dólares por dia” e a passagem a uma noção de pobreza mais alargada e complexa que encontra sua raiz nos valores como a liberdade. A argumentação do economista continua a se reforçar no enunciado: “não deve destacar uma simples lógica de mercado, mas também um contrato social de ordem ética”. Levar em considerações éticas significa evitar a desumanização, de outra

17 Libération, 12/10/2000. « Le paradoxe de Sen », Jean-Yves Grenier, economista e diretor de estudos do EHESS.

18 Disponível em: www.fr.wikipedia.org. Acesso em: 30 de agosto de 2015.

maneira dita, evitar que as pessoas tombem na pobreza. A noção ética remete a questões existenciais. Essas considerações implicam a construção de sistemas que protejam as liberdades e igualdade de oportunidades para todos os membros de uma sociedade.

A argumentação fundada sobre valores tais como a justiça, a liberdade e igualdade, valores profundamente ancorados na memória coletiva, pode encorajar um início de uma ação. Ainda mais que, segundo a definição de Sen, seria pobre aquele que está privado de uma liberdade existencial que lhe permita escolher a vida que ele quer viver. Essa falta de liberdade se aproxima de fato em: “falta de bem”, um dos enunciados que fazia parte das DL de pobreza. Nós tínhamos sustentado ainda que o “bem” estava definido pelos dicionários seja pelo bem material: dinheiro, propriedade, seja pelo bem imaterial: saúde, educação, liberdade. O reconhecimento de tal definição da noção de “pobreza” arrasta as instituições e a sociedade civil a ver na pobreza um perigo, um ataque contra a dignidade humana, contra os direitos dos homens. Esse argumento deve levar à ação, à busca de soluções. A complexificação da noção de pobreza reforça a reflexão sobre a solução do problema. Se a pobreza constitui a limitação da liberdade humana, ser livre significa sair da pobreza. A verbalização, ainda que pertencente a um discurso científico, propõe seguramente um questionamento ético subjetivo, mas racional. Há uma racionalidade axiológica, pois os economistas justificam suas tomadas de posição éticas¹⁹. Dois regimes de racionalidades se opõem aqui: aquele que define a pobreza e argumenta suas posições pelos números - (“única questão de proventos”, “simples lógica de mercado” e “não é sua fortuna ou seus proventos que importam”) - e aquele que o faz pelo apelo a considerações qualitativas como as dos direitos do homem, que percebemos nos enunciados: “alargar o que se chama ‘capacidade’”, “acesso dos indivíduos aos ‘bens primários’ (que incluem a educação e a saúde)”, “contrato social de ordem ética”, “liberdades materiais e formais”, “escolher o tipo de vida que ele deseja levar”, e “liberdade de escolher”. O enunciador reforça a discursivização que confronta essas duas lógicas, mostrando os limites da aproximação numérica e o alargamento tornado possível pela aproximação qualitativa (“alargar” - “acesso” - “liberdade” - “escolher”).

19 Sobre esse assunto, parece-me pertinente citar Koren (2011, p. 183) « As teses sustentadas estão fartamente presentes no sentido como consiste um dos fundamentos da Nova Retórica: a vontade de demonstrar que existe uma « racionalidade axiológica », uma « lógica dos valores » à qual todo sujeito social pode recorrer para justificar as “razões” de seus atos.

“Pobreza” implica uma avaliação axiológica que diz: é mal, é injusto, é desigual. Este deveria ser o argumento crucial e suficiente para desejar sua erradicação. Se a “pobreza” não está na essência do homem, é necessário então erradicá-la. Esse tipo de argumentação é tão mais importante que contradiz uma visão dóxica que designa a noção de pobreza como uma situação transmissível de geração em geração. A legitimação de tal DD conduz à inação, até mesmo à ocultação da necessidade de procurar problemas. A pobreza seria, então, compreendida e apresentada como uma fatalidade diante da qual nos restaria apenas nos inclinarmos. Essa aproximação não é puramente imaginária. A noção de “cultura da pobreza” proposta pelo antropólogo Oscar Lewis²⁰, nos anos 60, a partir de uma pesquisa conduzida no seio de uma família pobre mexicana, constitui uma aproximação parecida. A noção de “cultura da pobreza” implica, segundo Lewis (1965, p. XIV) que: “[a pobreza] é um sistema de vida, claramente estável e persistente, que passou de geração ao longo de linhas familiares”²¹. Tomar a noção de “pobreza” como um modo de vida impede toda dinâmica que possa conduzir a busca de soluções. Como diz Lewis, a “pobreza” permanece “estável e persistente”. A condição de haver a possibilidade de um discurso sobre as modalidades da resolução do problema implica, então, que este discurso comece por dissociar concepção fatalista desencantada e concepção responsável, ética de responsabilidade assumidamente direcionada à ação. Tal condição é também arriscada, talvez utópica.

Conclusões

Este artigo entende trazer uma contribuição a um objeto muito pouco estudado: a análise das definições que se exprimem em discurso. As definições que respondem às necessidades argumentativas dos enunciadores enriqueceram, alargaram e complexificaram as definições dadas pelos dicionários. Os termos numéricos tentaram construir uma argumentação válida, mas que reduziram a definição da pobreza a um número e a

20 Oscar Lewis foi um antropólogo americano que conduziu várias pesquisas que tratavam da pobreza. Essas pesquisas levaram-no à proposta da noção (controversa) de « cultura da pobreza » para qualificar um conjunto de valores e de comportamentos engendrados pela miséria. Disponível em: www.universalis.fr. Acesso em 5 de julho de 2011.

21 Esta passagem foi extraída da versão espanhola do livro de Lewis Los hijos de Sanchez. A tradução do excerto é minha. Parece-me pertinente citar em nota o original em espanhol: “[la pobreza] es un sistema de vida, notablemente estable y persistente, que ha pasado de generación a generación a lo largo de líneas familiares”.

considerações puramente materiais. As DD construídas nas práticas discursivas de uma lógica de valores mostraram que “pobreza” implica injustiça, tristeza, violação de direitos humanos e da dignidade humana. Poder-se-ia considerar que a distinção entre as definições numéricas e definições qualitativas, e também a impossibilidade aparente de definir a essência da pobreza de maneira unívoca é devido ao fato de que a “pobreza” seria o que o sociólogo Raymond Boudon (2009, p. 538) designa pelo termo noção “politética”:

Se não a encontramos [a definição], é porque não existe definição convencional desse(s) termo(s) que tenha consenso atualmente. A impossibilidade de definir uma noção que parece, por outro lado, inteligível e evidente a todos os locutores é o sintoma típico de seu caráter politético (BOUDON, 2009, nota 12).

As definições analisadas, entretanto, puderam ser ligadas por um traço comum, o da falta. A pobreza implica uma falta. O referente dessa falta não pode ser definido de uma vez por todas; nós o situamos tanto do lado de uma falta material quanto do lado de um mal de dimensão ética, e o consideramos como uma fatalidade ou como um problema cuja solução depende da responsabilidade do homem.

Essa diferença comporta questões importantes. Com efeito, se a referência aos valores não ajuda concretamente a dar uma definição clara da pobreza, ela contribui, ao menos, para a busca de soluções, enquanto as definições baseadas sobre os dados numéricos paralisam as discussões em torno de um patamar problemático de pobreza. De fato, a utilização dos valores abstratos, absolutos e ancorados na sociedade traz uma incitação à ação, no sentido em que ela mesma leva a encontrar as vias que conduzem à erradicação da pobreza. O leitor é tocado em seus princípios quando a pobreza é considerada como violação dos direitos dos homens ou como transgressão dos valores de liberdade, de igualdade e de justiça. O artigo demonstra, portanto, a importância crucial das definições no discurso. A sua análise minuciosa e de suas funções argumentativas revelam as implicações ligadas ao esclarecimento, ou mesmo à solução de “um dos grandes problemas mundiais”.

Referências

- AMOSSY, R. **L'argumentation dans le discours**. Paris: Armand Colin, 2012 [2000].
- _____. La polémique des définitions en discours. La formule « délégitimation d'Israël » dans la presse française. In. ANGERMULLER, Johannes ; PHILIPPE, Gilles (éd.). **Analyse du discours et dispositifs d'énonciation: autour des travaux de Dominique Maingueneau**. Limoges: Lambert-Lucas, p. 249-259, 2015.
- ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. **L'Argumentation dans la Langue**. Liège: Mardaga, 1983.
- ATTALI, J. L'hyperpauvreté. **L'Express**, 23/12/1999.
- AUGÉ, P. **Nouveau Larousse Universel**, tome premier. Paris: Larousse, p. V et VI, 1948.
- BENICOURT, E. La pauvreté selon le PNUD et la Banque Mondiale. **Etudes Rural**, 159-160, 2001, p. 35-54. Disponível em: <http://etudesrurales.revues.org/68>. Acesso em: 30 de agosto de 2015.
- CLINTON, B. Donner une âme au XXIe siècle.. **Le Monde**, 15/1/2002.
- BOUDON, R. **Le juste et le vrai**. Paris: Hachette Littératures, collection Pluriel, 2009.
- BUZON, C. Dictionnaire; langue, discours, idéologie. **Langue Française** 43, p. 27-44, 1979.
- CARAMEL, L. Aide au développement : faire plus et mieux. **Le Monde**, 15/12/2005.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dictionnaire d'analyse du discours**. Paris: Seuil, 2002.
- CISLARA, G.; GUÉRIN, O. et al. **L'acte de nommer. Une dynamique entre langue et discours**. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2007.
- DE FILIPPIS, V. L'extrême pauvreté sous-estimée en Afrique. **Libération**, 19/6/2002.
- Développement et élimination de la pauvreté. In. **Déclaration du Millénaire**. ONU, 13 de setembro de 2000. Disponível em: www.un.org/french/millenaire/ares552. Acesso em: 30 de agosto de 2015.
- Dictionnaire Hachette Encyclopédique**. Paris : Hachette, 1997.
- DOMINICY, M.; FRÉDÉRIC, M. (éds.). **La mise en scène des valeurs**. Paris: Delachaux et Niestlé, 2001.
- DOMINICY, M. La dimension sémantique du discours argumentatif : le travail sur les notions. In. KOREN, R. ; AMOSSY, R. (éds.). **Après Perelman: quelles politiques pour les nouvelles rhétoriques?** Paris: L'Harmattan, p. 123-152, 2002.

- DUBOIS, J. Dictionnaire et discours didactique. **Langages** 19, p. 35-47, 1970.
- DUBOIS, J.; DUBOIS, C. **Introduction à la lexicographie: le dictionnaire**. Paris: Larousse, 1971.
- FUCHS, C. **La Paraphrase**. Paris: PUF, 1982.
- FORMILHAGUE, C. **Les figures de style**. Paris : Nathan université, 1995.
- FRADIN, B.; MARANDIN, J. Autour de la définition: de la lexicographie à la sémantique. **Langue Française** 43, p. 60-83, 1979.
- GIRARDIN, C. Contenu, usage social et interdits dans le dictionnaire. **Langue Française** 43, p. 84-99, 1979.
- GRENIER, J-Y. Le paradoxe de Sen. **Libération**, 12.10.2000.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. **L'Enonciation, De la subjectivité dans le langage**. Paris: Armand Colin, 1984.
- KLEIBER, G. Dénomination et relations dénominatives, **Langages** 76, p. 77-94, 1984.
- KOREN, R. **Les enjeux éthiques de l'écriture de presse et la mise en mots du terrorisme**. Paris: L'Harmattan, 1996.
- _____. Contribution à la régulation argumentative du différend politique: le flou polysémique du concept de "terrorisme", est-il insoluble? In. MARILLAUD, P.; GAUTHIER, Robert (éds). **Rhétorique des discours politiques**. Toulouse: Presse de l'Université de Toulouse-Le-Mirail, p. 255-270, 2005.
- _____. Le récit de chiffres: enjeux argumentatifs de la "narrativisation" des chiffres dans un corpus de presse écrite contemporain. **A contrario** 12, p. 66-84, 2009/2.
- _____. La logique des valeurs selon Perelman et sa contribution à l'analyse du discours. In. GUILLAUMOU, J.; SCHEPENS, P. (éds). **Matériaux philosophiques pour l'analyse du discours**. Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté, 2011.
- KOUBI, G. **La pauvreté, comme violation des droits humains**. *Revue internationale des sciences sociales* 2/2004 (n° 180). Toulouse : Eres, p. 361-371.
- LEWIS, O. **Los hijos de Sanchez**. Mexico D.F.: Mortiz, 1965.
- MARTIN, R. **Pour une logique du sens**. Paris: P.U.F., 1983.
- PERELMAN, C. **De la justice**. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 1945.

_____ ; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Traité de l'argumentation**. La nouvelle rhétorique. Bruxelles: éditions de l'Université de Bruxelles, 2008 [1958].

PLANTIN, C. **Essais sur l'argumentation**. Paris : Kimé. 1990.

POGGE, T. Un dollar par jour. Que savons-nous de la pauvreté dans le monde? In. **CADTM** (Comité pour l'Annulation de la Dette du Tiers Monde), 2008. Disponível em: <http://cadtm.org/Un-dollar-par-jour-Que-savons-nous>. Acesso em : 30 de agosto de 2015.

REY, A. Préface de la deuxième édition. **Le Grand Robert de la langue française**, deuxième édition, p. XII- XLII, 1984.

_____ ; DELESALLE, S. Problèmes et conflits lexicographiques. **Langue Française** 43, p. 4-26, 1979.

REY-DEBOVE, J. Le domaine du dictionnaire. **Langages** 19, p. 3-34, 1970.

_____ ; REY, A. Préface du **Le Nouveau Petit Robert**, 1993.

_____. **Etude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains**. The Netherlands: Mouton, 1971.

RIEGEL, M. Définition directe et indirecte dans le langage ordinaire: les énoncés définitoires copulatifs. **Langue Française** 73, p. 29-53, 1987.

ROBERT, P. Introduction, préfaces et postface de la première édition. In. **Le Grand Robert**, dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française, deuxième édition, p. IX-XI, 1969.

WAGLE, U. Repenser la pauvreté : définition et mesure. **Revue Internationale de Sciences Sociales** 171, p. 175-186, 2002/1.

WEINREICH, U. La définition lexicographique dans la sémantique descriptive. **Langages** 19, p. 69-86, 1970.

Como citar:

MASASA, Karina. A definição no discurso e seus usos argumentativos: o caso de “pobre” e de “pobreza”. Trad. Carlos Magni. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. esp. ADARR, p. 203-226, mai.2016.